

No tempo presente chegam-nos diariamente notícias da situação do sistema financeiro relacionadas com o momento de crise que vivemos. A análise que se nos apresenta acerca dessa realidade incide sobre instituições que têm uma história, na maior parte dos casos ignorada, mesmo pelo público mais exigente. O presente trabalho surge como oportunidade para oferecer uma visão ampla e documentada sobre esse passado desconhecido. Esta perceção chegou-nos igualmente pelo conjunto de estudos que pudemos conduzir, onde se diagnosticou a carência de trabalhos de referência, lacuna que se tornou mais evidente ao registarmos a série de dicionários que foram sendo publicados noutras áreas. Os volumes que agora se apresentam vêm simultaneamente a público pela sua evidente inter-relação, constituindo em conjunto um dicionário histórico do sistema financeiro português desde os seus primórdios. Apesar do imperativo de conferir qualidade universitária à investigação efetuada, procurou-se que a sistematização e redação das entradas, além de fornecer informação de base a investigadores ativos na área, permitisse em simultâneo a consulta a um público mais vasto interessado numa informação clara e segura sobre as matérias em questão.



APB ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE BANCOS



UAL
UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA

INCM
IMPRENSA GACIIONAL CASA DA PÁGIDA

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA EMPRESARIAL PORTUGUESA

Séculos XIX e XX

VOLUME I
INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

COORDENAÇÃO
Miguel Figueira de Faria
José Amado Mendes

ção, o agente de Gouveia falira, deixando uma dívida de 3 contos de réis. O capital conheceria nova e derradeira diminuição para os 105 400\$000 réis (segundo a estatística oficial; 156 700\$000 réis, segundo os relatórios do Banco). A direção dava a entender que a solução passava pela liquidação de todo o ativo, para que os acionistas não incorressem em avultados prejuízos. De qualquer modo, tinha tentado liquidar algumas contas e consolidar outras (desviando verbas do fundo de reserva para amortizações) ou arrematar propriedades para delas obter rendimentos (que, todavia, se revelaram muito escassos), no que contara com o apoio do conselho fiscal. Em 1885, ano em que a agência no Porto, ainda a cargo do mesmo José Joaquim da Silva Guimarães, se mudava para a Rua de São Domingos, o Banco de Viana entrava em liquidação. No ano seguinte, a estatística oficial só acusa a existência de operações para os meses de janeiro a abril e dezembro e, em 1887, só publica dois balancetes. Neste ano, o movimento quase estagnou. Os penhores e os depósitos não se alteram entre setembro e dezembro, enquanto que letras e caixa aumentam pouco.

BANCO DO ALENTEJO (1875-1979)

O Banco do Alentejo (BA) iniciou a sua atividade em abril de 1875, no contexto da *febre bancária* que varreu todo o País. Estabelecido na cidade de Évora, no mesmo ano em que se constituiu o Banco Eborense*, esta instituição contou no início com caixas filiais no Porto e em Portimão e com agências em Londres e em Paris. A crise comercial desse ano impediu que o Banco arrancasse, como se pensara, com uma agência no Rio de Janeiro. A sua área de ação privilegia-

No Porto, a agência fixava-se no domicílio do agente: Rua da Vitória, 56. 1888 é o último ano arrolado pelo recenseamento do Ministério das Obras Públicas. Ainda são apresentados valores para caixa, depósitos, letras e penhores, se bem que muito diminutos. O Banco deixava de existir ao fim de treze anos de existência.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

COELHO, José Joaquim Pinto, *Os Bancos em Portugal em 1875*, Porto, Livraria Internacional, 1875; PEREIRA, Hugo Silveira, «Dois bancos vianenses: Banco de Viana e Banco Comercial de Viana», in *Cadernos Vianenses*, Viana do Castelo, vol. 52, 2009; REIS, Jaime, «Bank Structures, Gerschenkron and Portugal (pre-1914)», in *The Origins of National Financial Systems*, 2002, pp. 182-199 (www.dse.unive.it; consultado em 1 de setembro de 2008); *idem*, «Os bancos portugueses 1850-1913», in *Anais da Conferência Internacional de História de Empresa*, Niterói, 1991, pp. 42-91; Banco de Viana, *Relatório da Direção para os Anos de 1877-1884*, Biblioteca do Banco de Portugal (BPR/PT-00127/), 1878-1885; «Escritura de sociedade anónima de responsabilidade limitada do Banco de Viana», in *Diário do Governo*, n.º 64, Lisboa, (janeiro-junho de 1875), pp. 523-524; *Estatística Bancária (1858 a 1892)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894.

HSP

da foi o Alentejo e o Algarve. Contudo, a importância do mercado financeiro do Porto não deve ser subestimada. No primeiro ano, quando o Banco operou com um capital efetivo de 360 contos de réis, os negócios no Porto representavam mais de 307 contos de réis e Portimão perto de 165 contos de réis. Em junho desse ano, a crise financeira obrigou a gerência a anular as ações subscritas, que não estavam integralmente pagas, e a proceder a nova emissão de

6000 ações. O BA viria a ser abalado pelas falências de casas comerciais no Norte do País. Em 1880, estavam ainda por liquidar perto de 100 contos de réis da caixa filial do Porto. Confrontada com a dificuldade de elevar o seu capital além dos 840 contos de réis, a direção foi obrigada a recuar no seu programa inicial. Em 1877, quando começou a construção do edifício do Banco na cidade, as caixas filiais de Lisboa e do Porto estavam reduzidas a meras agências e muitos acionistas queriam devolver as ações. O movimento de caixa caiu nos dois anos seguintes para quase metade e o movimento de depósitos degradou-se sucessivamente, caindo dos 687,6 contos para os 230,5 em dois anos. Também os créditos em conta corrente acusaram acentuada quebra, acompanhando a tendência geral. Apenas o movimento de desconto de letras apresentava um crescimento regular. Como consequência, as ações do Banco andaram cotadas no mercado muito longe do par durante os anos seguintes. A direção passou a valorizar os empréstimos garantidos com propriedades e deixou de se aceitar ações próprias ou de outras companhias como garantia. Em 1879, as operações do Banco do Alentejo fora de Évora estavam limitadas à caixa filial de Portimão. Mas também aqui se verificaram graves situações de insolvência, explicadas por três maus anos agrícolas sucessivos. Esta situação levou a gerência a suprimir os descontos nas agências do Algarve e a caixa filial foi substituída por uma agência. O BA voltou a recolher as ações emitidas, ficando o capital reduzido a 500 contos de réis. Nesta altura estabeleceu-se o princípio de que «deve ser Évora o único centro que deve gerir o capital do Banco e o Alentejo a sua exclusiva área de aplicação». Em 1881, cessou totalmente a atividade no Porto, redu-

ziram-se as operações de desconto em Portimão e concentraram-se todas as decisões na sede. Esta decisão trouxe, como consequência, o excesso de dinheiro em caixa, facto que era explicado pela «repugnância, fundada na prudência, em ampliar a verba de descontos nas agências e, outras vezes, a menor procura de capital». De facto, o «mercado [era] relativamente escasso ao alargamento de transacções fora da nossa imediata acção de vigilância» (*Relatório e Contas de 1883*). Durante este percurso, o Banco do Alentejo orientou a sua ação para apoiar as necessidades recorrentes da grande agricultura do sul, associadas ao comércio de importação e exportação regionais. O crédito comercial era garantido através da hipoteca sobre bens fundiários e, de várias formas, a ação da banca contribuiu para reforçar o seu valor. A «crise agrícola» traduziu-se na retração da procura de capitais. A partir de 1885, o BA foi forçado a diminuir as taxas nas operações de desconto e nas contas de crédito. A situação de relativa prosperidade levou a direção a não pressionar os credores importantes, seus acionistas. Apenas uma herdade veio parar às mãos do Banco, em 1889. A crise monetária e financeira de 1891 sentiu-se na diminuição do movimento de caixa e nos depósitos. Por outro lado, os maus anos agrícolas que se seguiram «roubaram ao comércio local elementos de actividade que intensamente se reflectiram no nosso banco» (*Relatório e Contas de 1892*). A partir de 1893, numa conjuntura marcada pela escassa procura de capital por parte da economia regional, os bancos da cidade passaram a contar com a concorrência da agência do Banco de Portugal e dos Correios. A diminuição do movimento bancário estava relacionada com os bons anos agrícolas. Por sua vez, nos momentos em que a agricultura

mais necessitava de apoio, o risco constituía um argumento que limitava a oferta. Em 1905, um mau ano agrícola produziu uma corrida ao levantamento de fundos, testando a capacidade do Banco para responder à súbita demanda de capitais. Como resultado, restringiram-se as transações. Em 1908, outro ano de escassas colheitas, coincidiu com o retraimento do crédito nos bancos de Lisboa e Porto. Devido à sua pequenez, «*não pôde a direcção alargar quanto desejava as transacções, deixando portanto de atender certas propostas aceitáveis*» (*Relatório e Contas de 1908*). A importância das grandes operações fundiárias e comerciais contrastava com o escasso peso dos valores apresentados pela Caixa Económica, instituição criada no interior do Banco destinada às pequenas poupanças. Em 1909, por exemplo, o número de depositantes atingiu quase as seis centenas mas o valor dos depósitos foi apenas de 52 contos de réis, uma cifra que representava menos de metade do montante dos depósitos à ordem. Até à I Guerra Mundial, os maiores acionistas do Banco do Alentejo eram indivíduos de origem geográfica distinta, em parte sem raízes na região e com um perfil social diferenciado. Encontramos nomes sonantes entre os grandes proprietários, capitalistas e negociantes ligados ao comércio de importação e exportação, instituições piás, padres, cónegos e mulheres cuja fortuna era composta sobretudo por capitais móveis. Depois da guerra, uma parte da elite que estivera no Banco Eborense* agrupou-se no BA. Entraram alguns lavradores que conheceram um percurso ascensional (Calhau, Descalço) e outros (Queiroga). No início dos anos de 1940, consolida-se o carácter regional do grupo com a saída do Banco Fonseca, Santos & Viana* e com a entrada de gente que se movia

no meio dos negócios locais. Apesar da curta duração dos mandatos para os corpos gerentes, a estabilidade marcou a vida do Banco. Esta imagem foi reforçada pela longa carreira de gestores acionistas da família Lopes Marçal. Durante três gerações, os Marçal sucederam-se na direcção do Banco. Os diretores não deixaram de exercer outras atividades e de constituir fortuna fundiária. Pessoas em posições fundamentais serviam durante longos anos (em muitos casos até à morte) e, nessa medida, marcaram a sua vida em diferentes épocas. Dificuldades conjunturais de natureza financeira e económica, como a crise de 1891-1892, ou política, como a Implantação da República ou a Ditadura Militar, não trouxeram quaisquer alterações no grupo de liderança. Após a euforia dos anos 1873-1876, seguido de um período em que os papéis sobre companhias perderam credibilidade, o investimento em títulos ao longo da história do Banco revela quatro períodos distintos: um, nos finais do século XIX, que respondeu à necessidade de investir a poupança acumulada fundamentalmente no sector agrícola; outro, nos anos da guerra e início dos anos de 1920, marcado pela necessidade de enfrentar a retração na procura de crédito e a inflação; um terceiro, no final da II Guerra Mundial, num período novamente marcado pela inflação (desta vez muito mais moderada), pela escassez de oportunidades de investimento no sector agrícola e de lucros acumulados na área comercial; e um quarto, finalmente, com início nos anos 1950, em que a carteira de títulos se apresenta inteiramente distinta de períodos anteriores. Nos finais do século XIX, havia 14 contos aplicados, na quase totalidade, em títulos sobre o Banco de Chaves*, em obrigações e em companhias colo-

niais. Durante a I Guerra Mundial, o investimento em títulos esteve circunscrito ao espaço nacional. Em 1918, os 190 contos em carteira distribuíram-se de forma quase equitativa entre bilhetes do tesouro, empréstimos do Estado português e ações noutros bancos, com destaque para o Banco Nacional Ultramarino*, e em grandes companhias coloniais e nacionais. A I Guerra Mundial provocou uma diminuição geral nas transações, refletindo-se na contínua depressão nas operações de desconto de letras, no levantamento dos depósitos, com reflexos nas disponibilidades de caixa. A conjuntura obrigou os bancos da cidade a baixar as taxas de juro nos descontos de letras e nos contratos de crédito numa altura em que os fundos começavam a ser depreciados pela inflação. Somente a partir de 1918 a banca começou a sentir um aumento na oferta e na procura de capitais. A recuperação registada espelhava o dinamismo da economia, aumentando o volume dos depósitos bancários, fundamentalmente de curto prazo. A abundância de dinheiro à ordem e as fortes oscilações nos movimentos de caixa «*explicam*» os depósitos à ordem realizados pelo BA noutros bancos. A partir de 1921 e até ao início da década de 1960, no Banco do Alentejo o volume de depósitos estabilizou num nível quatro vezes inferior ao que se tinha atingido em 1913 (em valores constantes). Também perderam importância, em termos relativos, os depósitos a prazo (superior a três meses) face ao volume de capitais próprios e aos depósitos à ordem. Apesar do aumento constante do movimento na caixa económica a partir dos anos 20 até às vésperas da II Guerra Mundial, as pequenas poupanças nunca tiveram expressão suficiente para contrariar aquela tendência. Após a diminuição das operações que se deu nos

anos 20, o BA apresentou sinais de recuperação na década seguinte, contrariados nas vésperas da II Guerra Mundial. Os aumentos de capital, realizados nos finais da guerra e nos anos 50, mostraram-se insuficientes para responder às dificuldades sentidas pela lavoura alentejana. Enfim, somente nos finais desta década os depósitos a prazo voltariam a igualar o capital e as reservas constituídas. A política seguida a partir da Ditadura Militar em defesa da lavoura do Sul traduziu-se num acréscimo no volume da poupança que, no entanto, esteve longe de atingir os valores registados antes da I Guerra Mundial. Em contrapartida, o Banco seria afetado pelas dificuldades sentidas no sector comercial e industrial, em parte de implantação recente, nos quais estiveram envolvidos figuras conhecidas da elite regional. Saliente-se, a este respeito, os prejuízos havidos com a Sociedade Alentejana de Moagem, L.^{da}, a Industrial Agrícola Eborense, L.^{da} e a Moagem Eborense, L.^{da}. A crise de 1929-1932 afetou o Banco devido à falência das casas lisboetas e portuenses que operavam com o crédito bancário para realizar negócios com capitalistas locais. Por outro lado, a fixação das taxas de juro pelo governo e a manutenção de custos de operação elevados (impostos sobre os lucros bancários e sobre a generalidade das operações comerciais) alimentaram o florescente mercado dos particulares. Em 1934, a situação do Banco era já muito diferente daquela em que vivera no final da guerra. A carteira de títulos baixara para os 177,3 contos e o valor dos juros cobrados com empréstimos era igual ao rendimento que lhe dava a sua participação na indústria. Principalmente, o BA acomodara-se com a sua pequenez e com a sua função de assistência à lavoura regional. A II Guerra Mundial foi um

bom período para a banca, graças às operações de desconto de letras. O «excesso de liquidez» levou o Banco a voltar a investir em títulos. Tal como no passado, a sua política foi bastante conservadora. Em 1943, estavam aplicados 2,4 mil contos em fundos públicos e 649,9 contos em companhias de seguros, bancos e companhias coloniais. O investimento mais importante era constituído por ações ao portador do Banco de Portugal*, seguido da Companhia de Seguros A Pátria* (Évora) e do Banco Nacional Agrícola*. A partir de meados da década de 1950, a poupança disparou. Este movimento contrastava com o que foi registado na Caixa Económica, a qual conheceu um contínuo decréscimo dos valores dos pequenos depósitos ao longo da década. A evolução do capital acionista e das reservas constituídas mostra que, até aos anos 60, o Banco nunca alcançou (em valores constantes) os 1200 contos de capital que se propunha atingir quando foi fundado em 1875. Até à I Guerra Mundial, as reservas constituídas não fizeram mais do que cobrir a depreciação do capital e os prejuízos em diversas contas. A guerra veio impossibilitar essa estabilidade e abrir um período de contínua delapidação de fundos, mal compensada com os lucros originados com operações cambiais no início dos anos 20. A depreciação dos capitais próprios do Banco e a queda no volume de depósitos limitou a sua capacidade operacional, volvido o período de euforia de 1919-1923. Para além disso, o Banco viu-se envolvido em operações industriais que se revelaram prejudiciais. A aposta na criação da Empresa Transformadora de Lãs (Covilhã), em 1926, envolveu uma parte significativa dos fundos próprios do Banco e dos seus movimentos de crédito. Assim, a partir daquela data e até às vésperas da II Guer-

ra Mundial, os créditos concedidos e as operações de desconto de letras não atingiram os 200 contos de 1914 (valores do saldo das contas do balanço anual) quando, antes de 1920, ultrapassavam os mil contos. As tentativas de repor a capacidade financeira do Banco tiveram resultados limitados. Em 1924, o capital social foi elevado para os 3200 contos. A principal preocupação da direção foi conservar o Banco nas mãos dos seus maiores acionistas, sacrificando para tal a possibilidade de aumentar significativamente o seu capital. Em 1945, a elevação do capital social para os 9,6 mil contos não fez mais do que atualizar de forma sofrível a depreciação do capital. Nos finais da década de 1950, os capitais próprios não atingiam os 20 mil contos (valores correntes) e tornava-se urgente consolidar o Banco para fazer face às dificuldades da grande agricultura capitalista do Sul. Em 1960, o capital social foi elevado para os 11,5 mil contos e, dois anos depois, foi organizada a AEPA — Administrações, Estudos e Participações Financeiras, S. A. R. L., para os acionistas do Banco. Entre 1965 e 1972, o Banco conheceu um período de rápida expansão. Abriram-se agências em Beja, Sines, Vendas Novas, Lisboa e Estoril, realizaram-se aumentos sucessivos do capital social, foram aprovados novos estatutos com o objetivo de apoiar a modernização e reconversão agrária e foi modernizada a sua estrutura de gestão. Nas vésperas do 25 de Abril de 1974, o BA conta com agências em Lisboa (três), Estoril, Óbidos, Porto, Beja, Alter-do-Chão, Sines, Torrão, Vendas Novas e Faro. No espaço de pouco mais do que uma década, a sua carteira comercial tinha passado dos 21,2 mil contos (1961) para os 1730,3 mil contos (1973) e na sua carteira de ações (55,2 mil contos) destacavam-se a CUF, a

TAP, a Petrangol, a Companhia de Diamantes de Angola, a CIDLA — Combustíveis Industriais e Domésticos, para além da participação nas companhias de seguros O Alentejo* e A Mundial*. Nesse mesmo período, os seus ativos passaram dos 178 mil contos para os 6540 mil contos, muito embora a dominante regional continuasse a pautar a sua estratégia. O período ficou marcado pelo regresso a Évora de Vasco Maria Eugénio de Almeida, que participou ativamente nos órgãos sociais, sendo ainda de destacar a participação, entre outros, de Luís Cary Potes Cordovil, de Alfredo Veiga Camarate de Campos e de Filipe Nobre Guedes. Estiveram na direção durante a década de 1960, para além de Manuel Lopes Marçal, João Evangelista Duarte Silveira, João Xavier Cama-

rate de Campos, António Manuel Gonçalves Rapazote, Pedro Costa Marçal, Quirino dos Santos Mealha e Rodolfo da Silva Abrantes. O destino do Banco ficou traçado com a evolução dos acontecimentos no período revolucionário, que abalou a base económica dos seus acionistas principais. Em 4 de agosto de 1979, o BA foi incorporado no Banco Fonsecas & Burnay*.

BIBLIOGRAFIA

FONSECA, Hélder A., *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1996, pp. 271-309; Guimarães, Paulo E., *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960)*, Évora, Cidehus, Colibri, 2006, pp. 401-489.

HAF
PEG

BANCO DO ALGARVE (1932-1976)

O Banco do Algarve, criado em 18 de março de 1932, com sede na cidade de Faro, resultou diretamente da reconstituição da Casa Bancária de Manuel Dias Sancho*. A operação foi realizada com base num acordo de credores que, com a sanção do governo, transferiu os ativos daquele capitalista e da sua empresa para a nova instituição financeira (portaria de 2 de dezembro de 1931, *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 269). Com isto pretendeu-se salvar os interesses dos depositantes, numa conjuntura económica particularmente difícil, a qual tinha conduzido à suspensão de pagamentos por parte da antiga casa, num primeiro momento, e, depois, à instauração de processos litigiosos por parte do banqueiro algarvio que ameaçavam as fundações do Banco. A gerência, que foi entregue a uma comissão administrati-

va tutelada por um representante do governo, deparou-se com dificuldades próprias para restabelecer a normalidade da vida bancária, registando-se nos primeiros anos perdas de clientes e prejuízos. O capital próprio do Banco foi constituído com 5 mil contos (realizados), havendo perto de 3 mil contos em dívida negociada, quando o movimento comercial não ultrapassava, em finais de 1932, a quantia de 134 contos e o valor dos depósitos (à ordem) rondava apenas os 119 contos. Os três primeiros anos de atividade acusaram uma redução assinalável nos ativos, os quais passam de 11,3 para menos de 8 mil contos, como resultado, em grande parte, da alienação de património para liquidação de dívidas anteriores. A confiança no Banco restabeleceu-se gradualmente entre os seus clientes, que eram, afinal,